

CAPÍTULO I

PARADIGMAS DA FILOSOFIA

1. Perspectivas filosóficas.

A filosofia, desde seu começo, na Antiga Grécia, até a atualidade, desenvolveu quatro ¹ grandes perspectivas de compreensão da realidade. São conhecidas como Perspectiva Cosmológica, Teocêntrica, Antropocêntrica e Biocêntrica.

A perspectiva Cosmológica corresponde hegemonicamente ao filosofar grego antigo. A Teocêntrica ao pensar medieval, enquanto a Antropocêntrica se desenvolve a partir do mundo moderno e até hoje persiste, em convivência com a perspectiva Biocêntrica.

Cada uma delas possui uma *determinação* central, o que permite, a largos traços, distingui-las conceitualmente.

Na perspectiva Cosmológica a reflexão tem como fundamento e horizonte o cosmos. O filosofar consiste essencialmente na captação da *natureza* das coisas (*fysis*). Significa que a preocupação mais profunda não concerne ao empírico imediato, porém, ao que está "debaixo de todas as coisas", seja como "substrato" imutável do ser, seja como "força" que faz as coisas serem o que são.

A busca de um Princípio (*arché*) explicativo da realidade foi preocupação comum, principalmente, nos primeiros filósofos. E ao buscar o primeiro princípio das coisas, como fundamento de tudo, buscaram-no numa realidade ontológica, não fora do Universo, porém, dentro dele.

Dessa maneira, a procura e identificação de um princípio, metodologicamente, consistiu numa atitude prevalentemente racional, como forma de ruptura com a

¹ Até há pouco tempo falava-se das *primeiras três grandes* perspectivas da Filosofia. Creio que agora a 4ª. *Perspectiva*, a *biocêntrica*, chamada também de *perspectiva ecocêntrica*, *ecológica* ou ainda de *perspectiva holística* já faz parte dessa classificação.

totalidade mitológica precedente. Assim, por mais que a concepção de ser se diferenciasse para os diversos filósofos - para Platão o ser é *Idéia*; para Aristóteles o ser é *Substância* - a perspectiva de compreensão era sempre ainda *cosmocêntrica*. O cosmos é a totalidade, horizonte último, a partir do qual todos os entes podem ser pensados. Portanto, a tendência é elaborar um *logos teórico* e até mesmo um *logos prático*, por exemplo, tendo em vista o modelo do *Cosmos* ou da ordem da natureza.

Na perspectiva Teocêntrica, a polêmica filosófica se encontra centrada na disputa do lugar e do valor epistêmicos da *razão* e da *fé*. A disputa razão *versus* fé passa a ser tema prioritário. No contexto histórico do cristianismo, o apelo à filosofia decorre da necessidade de racionalizar o dogma da fé. O exercício da razão se dá nos limites e na perspectiva de um contexto histórico hegemonicamente marcado pelo teocentrismo. Assim, a filosofia é definida como serva da teologia - *ancilla teologiae* - , sendo que o horizonte da compreensão é a divindade, pois o fundamento é a transcendência absoluta do Deus Criador que estende seu influxo ordenador à realidade toda.

A partir da filosofia moderna, o pensar assume perspectiva antropocêntrica. Inicialmente, com Descartes, a Razão pura passa a ser o fundamento de explicação e compreensão da realidade. Esta passa a ser investigada tendo o homem como centro de tudo. Não se trata, porém, inicialmente, do homem em suas diversas dimensões constitutivas. Ao contrário, o antropocentrismo moderno inicial, funda a subjetividade caracterizada como consciência: "*Penso, logo existo*". A subjetividade é fundante e fundamental. Ocorre uma transformação na forma de pensar. Trata-se de uma nova maneira de pensar a realidade. Uma nova perspectiva na abordagem do fundamento que repercute sobre os diversos componentes e aspectos da realidade. Os discursos que têm por objeto o homem e suas condutas, a sociedade e a história assumem essa nova perspectiva. A mudança de perspectiva, significa não mais pensar na ótica da *fysis*, do ser natural, nem no horizonte da divindade, mas na visão antropocêntrica. E não apenas o homem é pensado a partir desse viés. Toda a realidade externa, mundana, passa a ser pensada tendo em conta o novo horizonte

anunciado. Diz Enrique Dussel que "O primeiro princípio, ou ponto de partida da filosofia ou a ontologia da modernidade será, até esgotar suas possibilidades no século XX: 'Eu penso' (*ego cogito, ich denke*)".²

A quarta perspectiva, ainda não inteiramente configurada, tem na *nova compreensão científica dos sistemas vivos* sua base de sustentação. Baseia-se na compreensão da vida, em todos os níveis dos sistemas vivos, sejam eles organismos, sistemas sociais ou ecossistemas, como um todo integrado. A *teia da vida* reconhece a interdependência profunda de todos os fenômenos. Essa visão *holística* é também chamada de visão *ecológica profunda* por reconhecer a interdependência fundamental de todos os fenômenos numa rede de conexões determinantes da própria vida. Dessa maneira, contrasta com o que chama de "ecologia rasa" da perspectiva antropocêntrica. Ao comentar a distinção conceitual feita pelo filósofo norueguês Arne Naess entre ecologia rasa e profunda, CAPRA (1996, p. 25-26) afirma que:

A ecologia profunda não separa seres humanos - ou qualquer outra coisa - do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

É no contexto do pensamento sistêmico que surgiu essa perspectiva que, por considerar a importância central da complexidade, procura explicar as coisas e a vida desde o meio ambiente. Por isso mesmo, também considerado um pensamento ambientalista.

2. Paradigmas filosóficos.

Habermas, ao abordar a questão da possibilidade de uma "metafísica após Kant",³ faz alusão ao costume de se "aplicar à história da filosofia o conceito de

² DUSSEL, Enrique D. Método para uma filosofia da libertação. São Paulo : Loyola, 1986, p. 40.

paradigma, oriundo da história da ciência, e dividir as épocas históricas com o auxílio de *ser, consciência e linguagem*".⁴

Utilizarei, com frequência, a divisão das épocas históricas a partir do conceito de *paradigma*, inclusive em cotejo com a noção de *perspectiva*, já exposta. Faço breve explicação do tema.

O conceito de paradigma, construído por Thomas S. Kuhn, parece realmente apto para propiciar uma leitura da história da filosofia. Kuhn não se preocupa em definir objetivamente o conceito de paradigma. Porém, utiliza-o para explicar que a transformação do conhecimento científico não cresce de modo cumulativo e contínuo.⁵ Mesmo não havendo no autor a preocupação específica em definir um conceito preciso, procura caracterizar o uso de dois sentidos diferentes do termo. Afirma que "de um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc..., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal".⁶

Na observação do próprio autor, o segundo sentido de paradigma é o mais profundo, em sentido filosófico. Logo a seguir, afirma que "um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma".⁷ Obviamente, a teoria de Kuhn parte de estudo que tem por objeto as realizações da ciência. Assim, os problemas científicos consistem em quebra-cabeças, para os quais os cientistas devem buscar soluções nos parâmetros conhecidos do paradigma dominante. A proposta de Kuhn visa explicar o desenvolvimento da ciência. Por isso, ilustra o tema com

³ HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-metafísico. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990, p. 19 e segs.

⁴ HABERMAS, Pensamento Pós-metafísico, p. 21-22.

⁵ KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 3. ed. São Paulo : Editora Perspectiva, 1992, 257 p. Nesta obra o autor apresenta sua teoria dos *paradigmas*, no campo das ciências.

⁶ KUHN, A estrutura, p. 218.

⁷ KUHN, A estrutura, p. 219.

exemplos aceitos na prática científica real como "Astronomia Ptolomaica" ou "Copernicana", "Dinâmica Aristotélica" ou "Newtoniana" e outros.^{8 7a}

Nesta ótica, a ciência se desenvolve em duas fases: a fase da *ciência normal* e a fase da *ciência revolucionária*. Kuhn chama de ciência normal a que se processa enquanto o paradigma é aceito pela comunidade científica. Na fase da ciência normal a atividade dos cientistas, quanto a métodos, procedimentos e soluções, segue as regras básicas estabelecidas pelo padrão científico aceito pela comunidade. As bases epistêmicas da ciência praticada não são submetidas à crítica mais radical. A atividade do cientista se realiza segundo as regras vigentes, limitando-se à resolução dos problemas dentro dos limites estabelecidos paradigmaticamente. A impossibilidade de resolução de certos problemas segundo as regras do jogo do paradigma hegemônico e o acúmulo de situações sem respostas, podem fazer com que a ciência normal entre em processo de crise. A exigência de solução dos problemas acumulados permite o processo de elaboração de novo paradigma. É nessa mudança que se instaura a ciência revolucionária. É aquela que se processa quando da mudança de paradigma, com base e nos limites deste novo paradigma. Há, portanto, uma transformação da ciência de maneira descontínua e por saltos qualitativos. De qualquer modo, e isto importa frisar em razão dos objetivos aqui perseguidos, verifica-se profundo vínculo entre a atividade do cientista e os resultados da ciência com o paradigma, pois este estabelece o limite da própria verdade científica.

⁸ KUHN, A estrutura, p. 30.

^{7a} Sobre a concepção de "paradigma" e sua utilização, ver KAPRA, Fritjof. Sabedoria Incomum. São Paulo : Paulo, Círculo do Livro, 1988, 279 p. Sobre a questão aponta o autor que a partir da leitura de *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, feita em 1968, tomou contato com "a noção de paradigma científico, que se tornaria o ponto central do meu trabalho muitos anos depois.", p. 17. Reconhece, ainda, que nos 20 anos seguintes à publicação da obra "se tornaria muito popular falar de paradigmas e mudanças de paradigma também fora do campo da ciência, e em *O ponto de mutação* eu usaria esses termos num sentido bastante amplo.", p. 17. Define nesse contexto que "Um paradigma, para mim, significaria a totalidade de pensamentos, percepções e valores que formam uma determinada visão de realidade, uma visão que é a base do modo como uma sociedade se organiza.", p. 17. Entre nós, ver FARIA, José Eduardo, in Revista brasileira de filosofia, v. xxxvi, n. 146 (abril-maio-junho, 1987), p. 103 e segs.; e Eficácia jurídica e violência simbólica, Rio de Janeiro : Forense, 1986; também WOLKMER, Antonio Carlos, Pluralismo jurídico: o espaço de práticas sociais participativas. Florianópolis : 1992, UFSC, Tese (Doutorado em Direito); e CHUEIRI, Vera Karam de. A filosofia de Ronald Dworkin como possibilidade de um discurso instituinte de direitos. Florianópolis : 1993, UFSC, Dissertação (Mestrado em Direito).

A passagem de um paradigma para outro não configura um processo contínuo e cumulativo. Ou seja, a ciência não muda de forma gradual e contínua. Ela muda paradigmaticamente. Não se trata de rearticular o velho paradigma. O novo paradigma, por um lado só se estabelece pela reconstrução do objeto de investigação, a partir de novos princípios, o que implica na exigência de novas formulações teóricas, inclusive metodológicas. Trata-se da produção dos novos critérios de cientificidade, no interior do novo paradigma, o que significa que cada paradigma produz suas próprias condições de cientificidade. Por outro lado, esta reconstrução pressupõe o novo paradigma, pois as alterações mencionadas se processam fundadas e nos limites do novo paradigma. Este aparente paradoxo, só se elucida numa visão dialética, ou seja, o próprio paradigma determina-se como processual e não como algo estático.

Assim, o surgimento de novo paradigma - em razão da crise do velho paradigma - implica pôr em causa não só o instrumental metodológico e conceitual, mas a própria inteligibilidade do real que o anterior paradigma proporcionava.⁹ A partir das considerações feitas, e, objetivando a operacionalidade da noção, pode-se estabelecer que o conceito de paradigma consiste num modelo de racionalidade, num padrão teórico, hegemônico em determinados momentos da história e aceito pela comunidade que o utiliza como fundamento do saber na busca de compreensões e soluções.

Retornando à constatação habermasiana do costume de se aplicar à história da filosofia o conceito de paradigma, acrescenta-se a necessidade de frisar que a dinâmica da produção filosófica desde a Grécia antiga até a atualidade se processou em diferentes paradigmas, porém (talvez), em sentido mais abrangente. A divisão sugerida por Habermas em *ser, consciência e linguagem* evidencia uma utilização do conceito, de forma bem extensa. O empréstimo tomado da teoria de raiz kuhniana, sofre assim, uma reconstrução teórica, operada pela filosofia tendo em vista seus fins

⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro : Graal, 1989, p. 18.

próprios. É nesse limite que o termo será empregado. Porém, antes de prosseguir cabe registrar o justo reclamo que provém da Filosofia da Libertação, especialmente na voz de Enrique Dussel, ao afirmar que na concepção proposta por Habermas, não há a inclusão de um *quarto* paradigma por ele denominado de paradigma da *vida concreta de cada sujeito como modo de realidade* – ou paradigma da *vida concreta*. Com essa necessária inclusão, a divisão das épocas históricas da filosofia ficaria sugerida com o auxílio de *ser, consciência, linguagem e vida concreta*. Essa sucessão paradigmática deve, no entanto, ser entendida no sentido da supressão (*Aufhebung*) hegeliana,¹⁰ e não na ótica de um processo natural de simples extinção das teorias precedentes substituídas pelas novas. Enfim, para as diferentes correntes filosóficas desenvolvidas, com fundamento e limite no mesmo paradigma, prefiro a utilização da noção de *modelo ou subparadigma*.

¹⁰ APEL, Karl-Otto. Fundamentação última não-metafísica. Dialética e liberdade. Petrópolis : Vozes, 1993, p. 320p.